

O PAPEL DAS MULHERES NAS COOPERATIVAS DE CAFÉ DO SUL DE MINAS: comparação entre COOXUPÉ e COOPFAM

Ana Rute do Vale¹
Thais de Cássia Silva Lemos²

Resumo

Discutir questão de gênero na agricultura familiar tem se apresentado como um tema relevante na sociedade atual, cujo papel das mulheres vem se modificando, no sentido de ocupar espaços, até então ditos, masculinos. Na cafeicultura do Sul/Sudoeste de Minas, a participação das mulheres não se restringe apenas no cultivo da terra, no qual o trabalho delas muitas vezes permanece na invisibilidade, passando a serem mais ouvidas no âmbito familiar da cafeicultura e isso se reflete nas relações com as cooperativas. Assim, esse trabalho analisará o papel dessas mulheres na cafeicultura dos sistemas convencional e sustentável, desenvolvidos no Sul/Sudoeste de Minas, a partir de informações fornecidas pelo vice-presidente da COOXUPÉ (Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé Ltda.) e presidente da COOPFAM (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região). Enquanto na COOXUPÉ, as mulheres são vistas como coadjuvantes nas relações da família coma cooperativa, na COOPFAM, existem projetos específicos para elas, buscando sua autonomia financeira.

Palavras-chave: Cafeicultura, Cooperativismo, Questão de gênero.

Introdução

Em se tratando da temática questão de gênero e agricultura familiar, nota-se que o papel da mulher vem se alterando, embora ainda sejam delegadas a ela funções secundárias no grupo, tarefas ditas “mais leves”, como as domésticas, o cuidar de idosos e crianças. Dessa forma, o trabalho feminino no cultivo da terra ainda é concebido como “ajuda”.

Na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, onde a cafeicultura é a principal atividade econômica, a presença da agricultura familiar é bastante relevante. A comercialização da produção ocorre, quase que totalmente por meio das cooperativas, com destaque para a COOXUPÉ (Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé Ltda.), que opera em mercados internacionais de commodities, exigindo a adoção do modelo de produção convencional (baseado nos padrões da Revolução Verde). Como o pagamento por essa produção é feita ao responsável pela propriedade rural, geralmente um homem, é ele quem decide o destino do dinheiro, sem que mulheres e filhos tenham direito à parte deles, mesmo que tenham trabalhado em conjunto.

¹ UNIFAL-MG - ana.vale@unifal-mg.edu.br

² UNIFAL-MG – thaisdecassiasilvamos19gmail.com

Por outro lado, já existem na mesorregião, centenas de unidades produtivas familiares, que adotam práticas sustentáveis na produção cafeeira e que são certificadas como orgânicas pela COOPFAM (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região), para os mercados nacional e interacional e que criou a marca de café “Familiar da Terra Orgânico feminino”, produzido por um grupo de mulheres, as quais têm direito a uma área na propriedade familiar, onde cultivam e recebem pela produção, separadamente.

Partido dessa diferenciação, esse trabalho buscará fazer uma análise do papel das mulheres na agricultura familiar produtora de café nos sistemas convencional e sustentável, desenvolvidos no Sul/Sudoeste de Minas, a partir de informações das cooperativas COOXUPÉ e COOPFAM.

Esse trabalho se desenvolverá, a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: embasamento teórico, sobretudo com relação aos conceitos de agricultura familiar, cooperativismo e questão de gênero, e entrevistas com os presidentes da COOXUPÉ e da COOPFAM.

Cafeicultura, agricultura familiar e questão de gênero

O café foi implantado no Brasil no século XIX, ocupando hoje no cenário mundial o primeiro lugar na sua produção. A cafeicultura gerou um crescimento econômico grande ao logo da história, e ainda é uma das atividades econômicas mais importantes no país. É a produção que mantêm o homem no campo, diminuindo o êxodo rural, gerando renda, se tornando uma opção viável para maior parte dos pequenos e médios produtores rurais (SIQUEIRA; SOUZA; PONCIANO; 2011).

O estado de Minas Gerais se destaca na cafeicultura, se tornando um fator importante para sua economia. Minas Gerais é o maior produtor de café do país, 50% da produção brasileira é realizada no estado, com mais de um milhão de hectares plantados (EMBRAPA, 2014).

A produção cafeeira ganha destaque no Sul de Minas Gerais, onde tornou-se uma característica da identidade do lugar, sobretudo da agricultura familiar, conforme assinalam Silveira e Marques (2008):

[...] o café é, efetivamente, responsável pela emergência de uma significativa identidade territorial e destaca, ademais, que o potencial socioeconômico da

produção familiar local pode se traduzir em um trunfo vigoroso, desde que fundado nas relações particulares desta forma de produzir com a natureza, as quais, potencialmente, favorecem o reconhecimento das múltiplas funções da agricultura. (p.230)

Diante dessas configurações a produção se insere no desenvolvimento regional, criando empregos e auxiliando na agricultura familiar. De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015), a cafeicultura brasileira é constituída, em 75% dos casos por agricultores familiares, desse total 60% produzem em áreas de até 5 hectares e são responsáveis apenas por 25% da produção agrícola brasileira. Ademais, historicamente a agricultura familiar representa uma fonte de renda para milhares de agricultores que buscam sustento para a família. De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2006) do total de 5.175,89 estabelecimentos agropecuários brasileiros, 4.367.902 foram classificados como agricultores familiares, ou seja, representa quase 84% e representando em média 24% na área total rural.

A que se salientar que a agricultura familiar a qual se refere nesse trabalho, possui seis características básicas que a definem: “1) a gestão é feita pelos proprietário; 2) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; 3) o trabalho é fundamentalmente familiar; 4) o capital pertence à família; 5) o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família e; 6) os membros da família vivem na unidade produtiva” (MOREIRA, 2007, p. 33 apud GASSON; ERRINGTON, 1993, p. 20).

O reconhecimento da importância da agricultura familiar, no entanto, foi recente. Para SCHNEIDER (2014) três fatores explicam esse fato: a retomada dos movimentos sindicalistas; os debates realizados pelos cientistas sociais no início dos anos 1990; e o as medidas públicas que foram criadas pelo Estado, sobretudo partir da criação da PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), quando a agricultura familiar e começou a ter maior visibilidade. Wanderley (2004), também destacou esse papel do PRONAF, acreditando que o agricultor familiar é a parte social da agricultura moderna, que vai se modificando e se beneficiando das medidas criadas pelo governo.

Dentre os membros que trabalham na agricultura familiar estão as mulheres, que ao longo da história vem lutando para ter espaço e voz na sociedade, isso não se diferencia no campo. A divisão sexual do trabalho rural parte de que o homem é o responsável pelo trabalho produtivo, pela renda familiar, sendo considerado o chefe da família. À mulher cabe

a função secundária, responsável pelos trabalhos domésticos, cuidar dos filhos, da horta e dos animais de pequeno porte, sendo responsável pela reprodução e criação dos herdeiros. As mulheres só são consideradas chefes das famílias e responsáveis por administrar o dinheiro quando não existe na casa um homem adulto, cada vez mais tem aumentado o número de famílias chefiadas por mulheres (ROSSINI, 1993). Todavia, também podiam atuar, em “atividades masculinas”, na ausência de homem para realizá-las. Nesse caso, o trabalho era sempre visto como “ajuda”, daí a “invisibilidade” do trabalho desempenhado pela mulher, não importando se estavam inseridas nas unidades produtivas familiares ou como assalariadas (BOMBARDI, 2004).

Entretanto, o perfil da mulher no campo, está em constante transformação, mesmo que em contrapartida, suas atividades sejam consideradas como secundárias, sem nenhum valor salarial e com insuficiências de políticas públicas que atendam especificadamente a esse grupo. A mulher vem passando a atuar em atividades agrícolas como uma trabalhadora rural, assalariada e autônoma, participando diretamente da renda familiar a partir de sua remuneração que se relacionam a lavouras de café, laranjais, canaviais, entre outras atividades agrícolas (SILVA, 2010).

No caso específico do trabalho das mulheres na cafeicultura brasileira, **Martins (1979)** evidencia que elas foram inseridas nessa atividade a partir do colonato, no qual todos os integrantes da família trabalhavam em terras de fazendeiros em troca de moradia e subsistência. O pai como figura patriarcal era o responsável pelo recebimento e administração do salário ou ganho recebido. Mulheres e crianças eram vistas apenas como ajudantes, responsáveis por cuidados com plantações em terras que eram doadas para o sustento familiar e realizarem atividades domésticas.

Desde então, muita coisa mudou na sociedade, no entanto, na cafeicultura desenvolvida pela agricultura familiar, nem tanto. Segundo Brummer (2004), a subordinação da mulher dentro da unidade familiar pode ser evidenciada por meio de sua caracterização como “ajuda” na esfera produtiva (produção destinada à comercialização) e à sua invisibilidade perante a sociedade estando resguardada a seus afazeres dentro da propriedade, sendo função do marido o contato com o exterior, à não detenção de conhecimento tecnológico básico para administrar o estabelecimento agropecuário. Além dos trabalhos “mais leves”, elas ainda se responsabilizam sozinhas pelos trabalhos domésticos, muitas vezes já acompanhadas das filhas, a fim de transmitirem a elas as “funções” da mulher dentro da unidade familiar, esfera em que elas têm

total autonomia e poder tomando decisões quanto ao preparo dos alimentos, cuidado da casa, da roupa, educação dos filhos e uso de recursos destinados ao consumo doméstico.

Tal realidade aparece claramente na cafeicultura no Sul de Minas, em trabalho realizado por Leite (2015), com famílias associadas à COOXUPÉ no bairro rural Mandassaia, no município de Alfenas, que mostra que a participação das mulheres na negociação da venda do café ainda é muito restrita, uma vez que

[...] é o marido quem negocia a venda e administra o dinheiro, que volta para a produção da lavoura, e quando acontece de sobrar alguma coisa é usado para investir em maquinários próprios e não chega até a mulher para que ela receba alguma coisa, mesmo que mínima, por seu trabalho na lavoura, a esposa ainda não é considerada trabalhadora de valor monetário como um trabalhador contratado o é (LEITE, 2015, p. 50).

No entanto, as mulheres do campo tem lutado em busca de seus direitos, e os resultados tem sido positivos nos últimos anos. Cada vez mais as mulheres estão inseridas no meio de produção no campo, seja por cooperativas, associações e empréstimos como o PRONAF MULHER, entre outros fatores que tem facilitado a entrada da mulher na produção do campo. Criando autonomia e renda, e inserindo mais mulheres na produção agrícola, principalmente na produção do café.

Cooperativismo na cafeicultura

O sistema cooperativista é definido como “um processo associativo, em que homens unem sua força de produção, capacidade de consumo, suas motrizes financeiras, com vistas ao desenvolvimento econômico e social”. Teoricamente, traria benefício para toda a sociedade, barateando os produtos, aumentaria o consumo e facilitaria o crédito. No Brasil, teria surgido em 1902, em Nova Petrópolis, a partir da criação da primeira Caixa Rural Raiffaiser, de caráter de Crédito Agrícola, sendo que, em 1920, é criada a Cooperativa Agrícola de Cotia, já com o objetivo de comercializar seus produtos sem intermediários, que tiravam a pequena margem de lucro dos produtores recebiam. A partir desse momento, outras cooperativas foram surgindo pelo país (DOMINGOS, PIRIN e PASSOS, 2005, p. 4345, apud NORONHA, 1976).

Pós-crise do café, o Estado passa a incentivar o cooperativismo no país, criando o Departamento de Assistência ao Cooperativismo, em São Paulo, em 1933, sem grande êxito

para os produtores, e a uma entidade representativa, para regulamentar e amparar as cooperativas, denominada Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em 1969. Todavia, aos poucos, o cooperativismo foi perdendo seus fundamentos, na medida em que, com a consolidação do capitalismo, a cooperativa tornou-se uma empresa, com vista à grande competitividade (DOMINGOS, PIRIN e PASSOS, 2005, apud FLEURY, 1983).

No sistema agroindustrial do café, as cooperativas surgiram na década de 1930, sendo a primeira, a COOXUPÉ, em 1932, que apenas dava suporte ao produtor, via crédito, passando a atuar também na comercialização, a partir de 1957.

Percebendo as vantagens do cooperativismo para a situação da cafeicultura no final dos anos cinquenta, o IBC – Instituto Brasileiro do Café – passou a implementar uma série de incentivos à formação de novas cooperativas como linhas de crédito e concessão de facilidades à exportação. Por outro lado, essas novas associações proporcionaram benefícios aos produtores como: a redução nos custos de processamento do café, antes realizado pelos maquinistas; maiores facilidades de financiamento junto ao Banco do Brasil; redução dos custos de comercialização por meio da venda direta de café ao IBC ou de exportações realizadas diretamente pelas cooperativas e aumento da renda do produtor em função da melhor qualidade do café, que passou a ser processado pelas próprias cooperativas exportação (SOUZA e BIALOSKORSKI NETO, 2004, p. 3).

Na verdade, as cooperativas passaram a armazenar, beneficiar e comercializar, sendo que algumas também efetuam a torrefação do café (SOUZA e BIALOSKORSKI NETO, 2004), e mesmo com a extinção do IBC, em 1996, a maioria delas continua atuando dessa forma, além da intermediação na compra de insumos, em uma cultura moderna, integrante do agronegócio brasileiro. Para Saes et al (2002, p. 38), isso “traz vantagens para os produtores que podem usufruir de menores preços, decorrentes das compras

conjuntas. É comum também as cooperativas facilitarem o pagamento das aquisições com acordos de saldar a dívida após a colheita do café”.

Nesse sentido, cabem muito bem os questionamentos de Rosa Luxemburgo: “Quanto ao pequeno produtor, que detém posse da terra, terá condições de ser cooperado, porém, quais as mudanças diretas para si depois de cooperado? Não será ele subalterno em comum de sua própria classe?” (DOMINGOS, PIRIN e PASSOS, 2005, p. 43-52). E é nesse contexto, que se pretende compreender a situação das cooperativas de café, no Sul de Minas Gerais, região tradicional, produtora de café, onde está concentrados a maioria dos organismos ligados ao setor e a logística de exportação. Trata-se de uma região ser um elevado nível de urbanização, cuja localização permitiu “a influência direta da expansão urbano-industrial de São Paulo”. Ademais, a maioria parte da produção de café está nas mãos de pequenos produtores. Nesse caso, as cooperativas são tidas como “elemento chave do sistema de produção”, uma vez que “são essenciais para que os pequenos produtores possam realizar a valorização da sua produção, mas elas encontram muitas dificuldades para elaborar estratégias comuns já que elas encontram em situação de extrema concorrência” (BROGGIO; DROULERS; GRANDJEAN, 1999, p. 84).

Mais especificamente, no sul de Minas existem 16 cooperativas, sendo que há grandes diferenças entre elas, tanto em tamanho – sobretudo em número de cooperados - quanto em filosofia da empresa. Isso significa que existe tanto cooperativa que funciona como uma empresa capitalista de grande porte, quanto várias de pequeno porte, que buscam se reunir para manterem-se na linha do cooperativismo tradicional (idem, 1999).

Essas diferenciações ficam muito claras nas comparações entre as cooperativas selecionadas para esse estudo: COOXUPÉ e da COOPFAM, sobre as quais serão apresentados seus históricos, estruturas, objetivos e, sobretudo, o papel que as mulheres em cada uma delas. Tais informações foram obtidas a partir de entrevistas com o vice-presidente da COOXUPÉ e o presidente da COOPFAM.

É importante ressaltar que, como se trata de uma pesquisa maior, financiada pela Fapemig, por meio do edital Demanda Universal, intitulado, “Agricultura familiar e questão de gênero no sul de Minas: uma comparação entre cafeicultura convencional e orgânica”, o que se apresenta aqui é apenas parte dos resultados obtidos até o momento.

O papel das mulheres na COOXUPÉ

A COOXUPÉ foi criada em 1932, com a finalidade de ser uma cooperativa de créditos, conforme já mencionado anteriormente, com a necessidade de gerar créditos aos produtores depois da crise do café que aconteceu em 1929. Depois de 25 anos, em 1957 ela passou a ser uma cooperativa de produção que vem a ser até nós dias atuais. Tendo sua sede no município de Guaxupé, iniciou suas atividades com os produtores da região (Monte Santo de Minas, Cabo Verde, Guaranésia e Muzambinho) e, mais tarde, expandiu-se sobre outras regiões de Minas e pelo estado de São Paulo. Com o crescimento que foram acontecendo na cooperativa, e com o número de cooperados, cada vez mais foi aumentando, se iniciou um grande processo de exportação (MELO, 2017). A Cooxupé conta com aproximadamente 14 mil cooperados de mais de 200 municípios de Minas Gerais e São Paulo. Trabalha com compra e venda de café “in natura” e beneficiado (www.cooxupe.com.br).

Sua estrutura conta com as instalações em sua matriz, em Guaxupé, que “atua basicamente no fornecimento de insumos para café, cereais e pecuária; no recebimento e comercialização da produção junto a seus cooperados. Possui ainda depósito central de insumos que serve como “pulmão” para armazenar e distribuir mercadorias aos outros núcleos” (www.cooxupe.com.br/nucleos/guaxupe-mg/). Desde 2011, foi instalado no trevo dessa cidade o Complexo Japy, cuja construção teve como objetivo ampliar

[...] a capacidade de armazenagem desta cooperativa, apontada como a maior do mundo em café, em 1,5 milhão de sacas. Estão equipadas para receber cafés a granel e descarregar o equivalente a 4.000 sacas por hora. O produto passa a ser ensacado em bags e armazenado desta forma, com auxílio de empilhadeiras mecânicas. Quando for autorizada a sua venda, este café é transferido por dutos até um silo, para então ser preparado para a comercialização, de acordo com as necessidades do mercado (www.cooxupe.com.br/nucleos/complexo-japy/).

Além disso, a cooperativa possui um escritório de exportação em Santos e 22 unidades avançadas, espalhadas por algumas mesorregiões de Minas Gerais: Sul/Sudoeste de Minas (Alfenas, Alpinópolis, Botelhos, Cabo Verde, Campos Gerais, Campestre, Carmo do Rio Claro, Guaranésia, Monte Santo de Minas, Nova Resende, Poços de Caldas, Areado, Três Corações, São Pedro da União, Andradas, Andradas, Cássia, Conceição Aparecida, Monte Belo, Muzambinho, Nepomuceno, Lambari e Jacuí) e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Araguari, Coromandel, Monte Carmelo, Salitre, Rio Paranaíba, Patrocínio e Campos Altos);

Oeste de Minas (Santo Antônio do Amparo e Piumhi). Além disso, possui 2 unidades no estado de São Paulo, em São José do Rio Pardo e Altinópolis. Nessas unidades o produtor pode fazer pedido de insumos – existem depósitos para fertilizantes e mercadorias diversas nas lojas -, solicitar assistência técnica e até comercializar café, sem precisar se deslocar à matriz. Também tem à disposição engenheiros agrônomos, agentes de comercialização e funcionários de apoio para cobertura das áreas administrativa e fiscal (www.cooxupe.com.br/nucleos/).

Em 2017, além da produção do café a cooperativa investiu na produção de milho, criando uma fábrica de ração, a partir do crescimento da avicultura na região. Para o vice-presidente, a COOXUPÉ se diferencia com relação às demais do setor por três principais motivos: “a força de trabalho a credibilidade do cooperado com relação à sua organização e o profissionalismo dos seus funcionários”. Afirma que uma das principais preocupações da cooperativa é com os cooperados, pois eles são a razão da existência da cooperativa. “Então, a preocupação essa responsabilidade por parte de diretores e corpo executivo da cooperativa tem que ser constante, permanente e voltado para o cooperado, que é a razão de ser da cooperativa. Esse cooperado é o dono da organização” (MELO, 2017).

Ele explica que para que um produtor rural possa se tornar cooperado, é preciso se enquadrar em algumas linhas gerais da cooperativa. Existe um regulamento e o cooperado tem que pagar uma taxa de acordo com seu perfil de produtor. No entanto, o acesso a novos cooperados não é contínuo.

É raro, mas num determinado momento, mas às vezes a gente fecha um pouco por conta de estrutura. A cooperativa tem que oferecer ao cooperado que hoje é admitido o mesmo suporte que ela oferece a um cooperado de 50 anos na cooperativa. Então, em determinados momentos, às vezes a gente restringe, mas é muito raro, sempre está aberto para a admissão (MELO, 2017).

Segundo o vice-presidente, para cooperativa, não importa se o cooperado é grande, médio ou pequeno produtor. Eles se diferenciam apenas na venda, pois o pequeno não vende pelo mesmo preço alto que o grande produtor, mas o crédito é igual para ambos (MELO, 2017). No entanto, Libanio, Calderaro e Vale (2011, p. 167) discordam dessa afirmativa, alegando que há sim diferenças entre pequeno e grande para a Cooxupé, uma vez que

o grande produtor, além de vender mais café à cooperativa, compra mais

insumos para sua melhor produção, assim a forma de pagamento que adquire é vantajosa, comprando em maior quantidade, o preço pode cair na aquisição. Enquanto o pequeno produtor compra e paga com dificuldades os insumos e às vezes até atrasa o pagamento, o preço final sempre virá acrescido de juros.

Além de oferecer assistência técnica, a cooperativa procura realizar alguns eventos para a participação e interação das famílias dos cooperados, que são muito valorizadas pela cooperativa, inclusive as mulheres, de acordo com o vice-presidente. Elas representam 10% do quadro de seus cooperados e vêm se destacando nas regiões de atuação da cooperativa, em termos de empreendedorismo, sustentabilidade e ampliação dos negócios. Esse crescimento da participação feminina na cooperativa, se explica pelo de que a mulher deixou de ser apenas do lar e começou a se importar com o negócio do homem. Seja a esposa ou a filha, elas estão cada vez mais por dentro dos interesses no negócio, auxiliando e participando das decisões tomadas. O vice-presidente utiliza o exemplo das nas unidades demonstrativas, onde realizam eventos para os cooperados para confirmar o aumento da participação das mulheres na COOXUPÉ

Quando iniciamos, um grupo pequeno de mulheres, hoje não. Hoje as mulheres estão dividindo os espaços com os homens. Nesse aspecto de palestra sempre a gente sempre leva temas a elas, como saúde, mas principalmente, sempre tem uma palestra com relação ao negócio, principalmente, no tocante à gestão: financeira, familiar, sucessão (*geracional*). Eu acho que vocês (*referindo-se à entrevistadora*) falam mais alto. Eu não gosto, como eu te disse no começo, de alimentar movimentos pró-masculino ou feminino, mas é importantíssimo destacar o papel da mulher na família. Vocês são o centro forte. Eu acredito hoje, está muito provado isso que a mulher é a cabeça da família. E aqui no nosso meio, no cooperativismo, nessa cooperativa, eu sinto muito segurança quando vejo a mulher na frente dos negócios (MELO, 2017).

Sobre os eventos promovidos nas unidades avançadas da cooperativa, esses se direcionam para a participação da família e são denominados Unidade Demonstrativa e é “um dia de trabalho, de negócios, de palestras e de confraternização”. Para as mulheres oferecem palestras. Há também a FEMAGRI (Feira de Máquinas, Implementos e Insumos Agrícolas), que ocorre anualmente, durante 3 dias, em Guaxupé e no dia de trabalho, de negócios, de palestras e de confraternização e no Triângulo Mineiro. “Então, é uma oportunidade de negócio, de engajamento de confraternização, de conhecimento e aí sim de participação muito grande das mulheres. Eu acho que é salutar pra nós diretores, quanto mais a família participa do negócio, nós temos experiência que o sucesso do produtor é maior” (MELO, 2017) . Nessa feira, há um

espaço exclusivo para as mulheres - espaço gourmet, onde elas puderam acompanhar receitas diversas a base de café (COOXUPÉ, 2016).

O vice-presidente destaca também que tem aumentado o número de mulheres em cargos administrativos, sobretudo nas áreas de destaque na cooperativa área financeira, contábil, econômica, embora considere que ainda é pequena. No entanto, se continuar assim, acredita que há uma tendência ao crescimento no futuro bem próximo, quando “as mulheres ganharão lugares, cargos e participação na cafeicultura”, assim como vem ocorrendo em outros setores no país. Ele acredita que as mulheres tem potencial para assumirem cargos superiores dentro da cooperativa.

Pode ter certeza que se tiver alguma com destaque, que não possa assumir esse cargo que eu estou. Eu até sou suspeito, mas minha esposa é capaz que tenha mais capacidade que eu para estar aqui. Então, não existe barreira, até pelo contrário. Eu procuro incentivar para que tenha, dado aos relatos que eu te enumerei nas perguntas anteriores. A capacitação de vocês (*mulheres*), as vantagens de vocês. As mulheres, como se fala, são mais delicadas, o homem talvez mais relapso um pouco. Então, eu vejo que as mulheres tem toda capacitação dentro da cooperativa (MELO, 2017).

Na verdade, ela já atuam em alguns setores da cooperativa, como é citado o caso das áreas do conselho, no núcleo de Alfenas, no qual uma mulher atua a 3 mandatos e uma, em Caconde, no conselho fiscal.

[...] mulheres com destaque em áreas muito importantes na cooperativa. Área financeira, contábil, econômica, tem mulheres se destacando. Eu tenho uma agrônoma, uma menina pequena, que eu falo que é uma pequena grande mulher, pela maneira de conduzir o negócio. Então, a mulher é sempre bem vinda. Eu queria que houvesse mais. Mais uma vez, não com ênfase a uma segmentação no sexo, para contribuir, independente de ser homem ou mulher (MELO, 2017).

Quando questionado se a cooperativa incentiva suas associadas a se organizarem para buscarem seus direitos na agricultura brasileira, o vice-presidente, a resposta foi bem paternalista, demonstrando que as decisões sobre o que as mulheres necessitam parte da cooperativa e não delas. “Nós levamos às mulheres temas necessários à vida delas, da família, da cooperativa, mas não incentivamos um movimento propriamente dito de mulheres dessa cooperativa”. O mesmo ocorre durante o Encontro de Produtoras de Café, que se iniciou em 2012, reunindo reúne cerca de 200 cooperadas que estão à frente desse cultivo, para assistirem

palestras técnicas, análise de mercado e oportunidades de negócio (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 2012). “Ocorreu duas vezes, da mesma forma, só que aí nesse caso, também pela cooperativa, nós achamos os temas que serão proferidos a elas por algum palestrante que trazem. Passam um dia com elas” (MELO, 2017).

A partir daí, outros encontros foram realizados por iniciativas das produtoras e a COOXUPÉ atuou apenas como parceira. “Tem uma produtora hoje que faz parte do conselho principal, que é de Caconde e ela tem um grupo de produtores em Caconde, que procura se reunir, tratar de assuntos do café. Dessa forma. Mas não tem nada oficializado” (MELO, 2017).

Por fim, sobre a projeção participação futura das mulheres na cafeicultura e a contribuição da COOXUPÉ, o ponto de vista do vice-presidente:

Eu não tenho dúvida que vai crescer e acho que a cooperativa tem que estar sempre aberta para o crescimento, para abraçar essas mulheres para a causa cooperativista. Ainda acho bastante restrita a participação das mulheres, mas como eu disse, de um crescimento muito grande de uns anos pra cá. Quando não estou me referindo a essa cooperativa, mas ao cooperativismo no Brasil. O cooperativismo no Brasil, no Sul do Brasil tem muito destaque porque a origem do cooperativismo no Brasil começou ali por conta de origem de colonização, o cooperativismo é muito propagado no Sul. E não vejo mulheres nisso daí, mas acredito que num futuro bem próximo, elas galgarão lugares, cargos e participação maior da cafeicultura.

O papel das mulheres na COOPFAM

O município de Poço Fundo se desenvolveu bastante com o café, mas antigamente a produção era voltada para outras culturas. A maior parte era na produção e comercialização do fumo (cultura tradicional de forma artesanal) e a renda obtida era muito pequena, daí a tentativa de buscar alternativas econômicas, no sentido de um trabalho em conjunto, e que contribuísse para a diminuição do êxodo rural. Assim, em 1983, a ideia que surgiu a partir igreja católica, por meio da CPT (Comissão Pastoral da Terra). “Foi dali que surgiu, do grupo de produtores trabalhando, de querer se reunir não só para louvar um Deus que está lá nas alturas, mas as coisas tem fazer concreto, tem que transformar uma realidade. Foi daí que surgiu” (PEREIRA, 2017).

A constatação de que as condições de vida das famílias dos agricultores se degradavam, o êxodo rural se acentuava e o apego aos

valores em torno da terra diminuía incitou os jovens de Poço Fundo a resistir e a recusar tais processos como uma fatalidade. Assim, abraçaram a ideia de construir alternativas com vista à revalorização da atividade agrícola familiar (SILVEIRA, 2009).

Conforme explicou o presidente da cooperativa, esse grupo inicial teve muita persistência, diante inúmeras dificuldades que apareceram, pois almejavam modificar a situação enfrentada pelo pequeno produtor. Em 1989, o grupo idealizou a criação de uma associação e, em 1991, foi fundada a Associação dos Pequenos Produtores da Comarca de Poço Fundo, com o estabelecimento de parcerias com a ONGs (Organização Não governamental). Em 1994, eles estabeleceram um DRT (Diagnóstico Rural Participativo) e decidiram que o café seria para nichos de mercado. Depois foi a procura de café orgânico, pois muitos produtores já tinham a consciência ambiental. Em 1997, conseguiram a certificação do café orgânico, e em 1998, a certificação do *fair trade* (comércio justo). As vendas chegaram ao mercado internacional, em 2001, porém com a falta de informação e estrutura, as primeiras vendas tiveram suas dificuldades, pois o mercado internacional queria o café de qualidade.

E só foi 10% da produção que comercializou porque não tinha qualidade, porque a certificação sozinha também não vende. Então, certificou, os compradores lá fora queriam comprar, pagavam preços muito bons, mas não tinha café. Mas, assim, o desconhecimento, porque produzia café, mas saber como se produzia um café de qualidade... A falta de conhecimento era muito grande. Para se ter noção, a primeira mostra de café que foi para o exterior, foi socada no pilão, para tirar a casca do café. Imagina que jeito esse café chegou lá. Interessante, algumas coisas você vai descobrindo, mas na época... (PEREIRA, 2017).

Com o tempo o produtor foi aprendendo o caminho e percebendo como era importante e lucrativo o investimento. A associação deu certo, porém por questões burocráticas não pode comercializar, a partir de 2002, quando aumentou a produção de café dos produtores. O presidente explica essa situação:

Então, tinha que faturar a nota no nome do produtor, só que o comprador falou: eu não vou fazer para um container, 30 notas de café, que um era 5 sacos, outro era 10, outro 15. Só aceitou no nome de 2 e aí fez, mas atingiu o imposto de renda daqueles 2 e pagaram um dinheirão. Daí houve a necessidade de fundar a cooperativa. Aí, em 2006, fundou a COOPFAM (PEREIRA, 2017).

Atualmente a atividade econômica da cooperativa é apenas o café, com várias linhas: café cru, orgânico, *fair trade*, tem cafés especiais, depois tem o café industrializado. Para o Presidente da cooperativa, ela se diferencia das outras cooperativas de café do país, simplesmente porque

[...] eu acho que nós não somos uma cooperativa de café. [...] Porque eu acho que nós somos uma cooperativa de gente, de pessoas. A gente tem o café como nossa atividade econômica, nossa ferramenta, nosso meio pra gente alcançar nossos objetivos, mas nós somos uma cooperativa de pessoas, de gente (PEREIRA, 2017).

Com relação à linha de crédito oferecida pelas cooperativas para a aquisição de insumos agrícolas, na COOPFAM não existe nem esse tipo de loja na sede. O presidente da cooperativa explica que, embora essa seja a grande renda da demais cooperativas, para eles a linha adotada é outra, embora prefira não condenar essa prática. Diz que, no começo, até tentou implanta uma loja dessas, mas o problema é que as empresas que tentaram estabelecer parceria com eles, não se encaixavam na ideologia da cooperativa. “Aí vinha Bayer, Singenta, vinha isso e aquilo. Aí nós mostrávamos quais eram nossos objetivos e metas: redução de agrotóxicos de tantos por cento em tantos anos. Aí não era a meta deles, que é aumentar, e a nosso é diminuir” (PEREIRA, 2017).

A COOPFAM é referência no país, sobretudo, em termos de agricultura familiar, uma vez que ela tem conseguido aprovação em editais específicos dos governos estadual e federal, bem como em participação em eventos, feiras e a própria comercialização. “Como café orgânico realmente, não tem outra, na verdade, em termos de organização de café orgânico”. E isso acaba se refletindo também fora do país, no quais a COOPFAM representa o país, participando de feiras e eventos e o “*fair trade* também, até porque, por ter sido a primeira a se certificada em *fair trade*, a agente tem um longo, não tão longo, mas já tem um histórico”. Inclusive, já existem parcerias internacionais, tanto na comercialização quanto em “projetos com empresas compradoras de café, mas tem outros projetos também com o próprio *fair trade* da Alemanha. Tem empresas que são financiadoras, que são parceiras, que na verdade, empresta recurso financeiro, que acabam financiando projetos também” (PEREIRA, 2017).

O presidente explica que relação com os cooperados é constante, sempre elaborando propostas discutidas em reuniões. “Temos os nossos núcleos, que se reúnem mensalmente, com o líder do grupo que vem participar de uma reunião com a diretoria também

mensalmente, todo primeiro domingo do mês, aquela semana esses líderes vão para seus grupos, levando tudo de novo que está acontecendo, trazendo também as retificações também dos produtores”. Por conta disso, para que um produtor se torne cooperado, é necessário participar de algum desses núcleos, durante 6 meses, com reuniões mensais, para que tenha conhecimento sobre o perfil e o funcionamento da cooperativa, por meio de cursos. Esse núcleo o indicará para um inspetor da COOPFAM, que visitará a propriedade dele para verificar se a mesma está acordo com o sistema *fair trade*, mesmo que não seja produção orgânica – ele pode continuar produzindo no sistema convencional. A partir daí, esse inspetor emite um laudo autorizando sua filiação à cooperativa, que deve ser aprovado por sua diretoria.

Depois de aprovado existe uma empresa que faz os mapeamentos para nós e vai na propriedade, mapeia toda a propriedade, vê se tem nascente, se ela precisa de alguma recuperação. Se sim, o produtor entra nos projetos ambientais que a cooperativa tem, para que a cooperativa tenha os dados e necessário que ela seja toda mapeada, depois de todo o processo ele vem com a documentação para de filiar, um processo que dura praticamente um ano (PEREIRA, 2017).

No que se refere ao papel das mulheres na agricultura familiar na COOPFAM, esse é protagonismo junto à cooperativa. Isso se explica pelo fato de que

[...] a igualdade de gênero constitui um critério de reconhecimento do comércio justo. No âmbito da Coopfam, tal debate ocorre no grupo de mulheres da cooperativa, que apontou o desenvolvimento do turismo rural como atividade com potencial de promover uma maior participação feminina. Outra perspectiva em debate pelas mulheres se refere à ideia do “café feminino”. Trata-se de um produto com apelo à sensibilidade pela causa feminina ao tornar visível a mão-de-obra da mulher em todas as etapas produtivas, particularmente com a confecção de embalagens artesanais para o café, com material obtido na localidade. (MARQUES e SILVEIRA, 2009, p. 246).

Sobre esse tema, o presidente afirma que a mulher é vista como um membro da família, nem mais nem menos do que o homem. Tanto o trabalho dela na produção agrícola quanto no núcleo, são de extrema importância para a cooperativa. Tanto é que, em a 2005, foi criado o projeto MOBI (Mulheres Organizadas Buscando Independência), que deram origem ao chamado “café feminino”, que resulta de uma parceria entre a cooperativa e o Instituto Federal, no qual 35 mulheres trabalham diretamente na produção de café, rosas e artesanato.

As participantes visam, continuamente, o aprendizado de novas técnicas de produção e realizam vários cursos e seminários oferecidos por diversos parceiros como: IFSULDEMINAS, SENAR, SEBRAE. Além disso, essas mulheres contam com uma representante no quadro da diretoria da cooperativa (site COOPFAM).

A ideia de café feminino surgiu junto a uma empresa internacional, uma parceria com os Estados Unidos que foram nos anos de 2008 e 2009, depois o projeto parou. Depois quando a cooperativa foi lançar o café Familiar da Terra, que foi definir as linhas que seriam lançadas, conversando com as mulheres, surgiu a ideia de lançar também o café feminino, e depois em 2015 o projeto com os Estados Unidos surgiu novamente, hoje além da venda no Brasil, elas também exportam o café feminino. Hoje, elas tem dois mercados de café, um e o industrializado com a marca café Familiar da Terra e o café natura que vende para os Estados Unidos, onde tem o projeto de café feminino lá. Nas duas comercializações elas recebem prêmios em dinheiro, que são revertidos para o MOBI, elas definem como investir (PEREIRA, 2017).

Para compreender melhor como funciona o tal “café feminino”, na prática, o presidente assim explica:

Ela tem um talhão dentro da propriedade que é delas, tem que tá no nome delas, tem que estar todo legalizado. Um exemplo meu mesmo (*sua propriedade rural*), a gente tem a escritura no nome meu e dela, está no nome de nós dois. Dentro da cooperativa, a escritura significa posse, então eu tenho posse e ela também. Na questão do café feminino o Washington, que faz o mapeamento, ele vai lá e faz um mapeamento daquele talhão. Então tem o meu talhão, e o talhão da minha esposa, se você vir no meu cadastro e pegar a minha pasta aqui na cooperativa, está a escritura e comprova a posse, mas no mapeamento só tem aquele talhão. E nela tem a mesma escritura que comprova posse, mas tem o mapeamento de outro talhão (PEREIRA, 2017).

Segundo ele, a própria ideologia da cooperativa faz com que os homens aceitem e ajudem as mulheres a conquistar seu espaço. “A gente nunca sentou e disse a vamos desenvolver um projeto para valorizar as mulheres, como se ela não tivesse sendo valorizada. Foi um processo natural que foi acontecendo. O que a gente senta para discutir hoje são projetos para valorizar o MOBI, o trabalho do MOBI. [...] pois a mulher não é apenas a mulher da família, ela é uma mulher que está em grupo. Pois o MOBI é um complemento de renda” (PEREIRA, 2017).

Hoje a cooperativa conta com 20% de mulheres associadas, que, embora pareça pouco

com relação aos homens, já é um avanço, se compara ao início da COOPFAM, quando ela representavam apenas 5%. E o presidente acredita que as mulheres, tem potencial para conseguir cargos importantes na cooperativa. “Na gestão passada foi a primeira vez que teve uma mulher na diretoria, e agora tem duas mulheres uma é a vice-presidente. Então, eu enxergo isso mais mulheres líderes, e o grupo MOBI contribuindo muito para isso”, inclusive reivindicando cada vez mais seus direitos, por se sentirem parte desse processo de construção da cooperativa (PEREIRA, 2017).

Outra preocupação constante da cooperativa, conforme colocado anteriormente, é a de manter os jovens no campo, de frear o êxodo rural – e conseqüentemente garantir a sucessão geracional na família dos cooperados. Presidente conta que tem percebido que os filhos dos associados tem, de um modo geral, permanecido na propriedade rural da família e não evadido da escola também, já que antes, os jovens terminavam o ensino fundamental e abandonavam a escola para ajudar os pais na roça. Na COOPFAM, um dos critérios para a filiação do produtor à cooperativa é que seus filhos terminem o ensino médio, pelo menos. Esse incentivo tem sido dado por meio de conversas com os jovens e com uma proposta futura de criar uma Escola Família Agrícola, em Poço Fundo, apoiada pelos pais cooperados (PEREIRA, 2017). Esse tipo de escola utiliza a Pedagogia da Alternância, tendo como principais características:

a) se originou no Brasil a partir das escolas italianas; b) tem forte ligação com a Igreja Católica, em alguns casos, como no Espírito Santo, também com a Igreja Luterana; com sindicatos e movimentos sociais; c) o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) é ofertado em período seriado, com duração de quatro anos; d) o período de alternância é de quinze dias na propriedade, “tempo família” e quinze dias na escola, “tempo escola”; e) a EFA acentua a formação intelectual, apesar de existir a formação técnica (QUEIROZ, 1997, apud CHAVES e FOSCHIERA, 2014, p. 87).

Como perspectivas futuras, o presidente aponta duas questões importantes para valorizar mais e conquistar mais espaço para a mulher na cafeicultura. Uma é ampliar a parceria entre MOBI e COOPFAM, de modo a aumentar o percentual de mulheres cooperadas no sistema orgânico – representam apenas 20%, em 2017 – e conseqüentemente, de participantes do MOBI. E a outra é incentivar a participação política das mulheres na cooperativa. Ele questiona: “porque não uma mulher assumindo a presidência da cooperativa?” (PEREIRA, 2017).

Estabelecendo comparações

A partir das informações obtidas, serão aqui expostas comparações entre as duas cooperativas selecionadas para esse trabalho. Primeiramente, é bom deixarmos claro que não há como as compararmos em termos de tamanho, considerando que a COOXUPÉ, é muito maior que a COOPFAM, em termos de tamanho, número de cooperados, área de atuação e alcance comercial (mercado interno e externo).

A COOXUPÉ, não atua como uma cooperativa propriamente dita, mas como uma agroindústria, uma vez que atuam em sistema de parceria com os cafeicultores que vendem sua produção ou a armazenam nos silos da cooperativa, além da comercialização de insumos agrícolas, grãos e cereais, via sistema de crédito. Ela é uma intermediária entre o produtor de café e o mercado, exigindo elevado padrão de qualidade, difícil de ser alcançado pelo agricultor familiar. Conseqüentemente, todo núcleo familiar – inclusive as mulheres - é afetado e a tomada de decisões sobre o destino da produção não modificará porque dependem da cooperativa para sobrevivência da família, no contexto do agronegócio do café. Conforme, as palavras de seu vice-presidente, a mulher tem grande importância para a cooperativa, todavia, participando dos negócios do marido, mais como codajuvante do que como ator principal, sempre destacando que elas “auxiliam” nas decisões, mas sempre sombreadas por pais e maridos. A visão ainda é de uma mulher “delicada”, frente a um homem “relapso”. Por isso, possuem condições de atuarem em cargos executivos na empresa/cooperativa. Mas isso é coisa do futuro...

Na COOPFAM, a situação difere porque os cooperados vivenciaram um processo de transição agroecológica porque antes se dedicavam à cafeicultura convencional, no contexto de uma agricultura moderna, altamente consumidora de insumos agroquímicos e, aos poucos foram se adequando a uma nova forma de organização social e produção agrícola voltada para as múltiplas dimensões da sustentabilidade (ecológica, social, econômica, política, cultural e ética). Nesse sentido, a criação de uma cooperativa serviu para superar as dificuldades enfrentadas no agronegócio, como os problemas de comercialização individual do café, da compra de insumos, do aprimoramento técnico e da venda da produção que, dada sua pequena escala, não poderiam ser solucionadas de maneira individual. A partir dessa visão coletiva, de uma cooperativa “de gente”, não apenas de café, suas ações passaram a visar reprodução

socioeconômica da agricultura familiar, com a preservação das atividades agrícolas tradicionais, com projetos sociais para tender todo o grupo familiar, inclusive permitindo às mulheres uma certa autonomia financeira, como é o caso do MOBI. Da mesma forma que a COOXUPÉ, o presidente da COOPFAM acredita que as mulheres poderão chegar ao seu cargo atual, com a diferença que já existem mulheres ocupando cargos na diretoria da cooperativa

Dessa forma, até o momento, apesar das conclusões desse trabalho se basearem apenas na visão de seus dirigentes homens, nos permitem entender essas diferenças, que certamente serão confirmadas na próxima etapa da pesquisa, quando essas mulheres serão ouvidas também.

Referências

- BROGGIO, C.; DROULERS, M.; GRANDJEAN, P. A dinâmica territorial da cafeicultura brasileira dois sistemas de produção em Minas Gerais. **Revista TERRITÓRIO**, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999. Disponível em: www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_7_broggio_droulers_grandjean.pdf
- BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.
- BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos feministas**, nº12: Florianópolis, 2004. <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf>
- CAFÉ POINT. **Cooxupé**: produtoras de café se destacam à frente das lavouras. 01/03/2013. Disponível em: <https://www.cafepoint.com.br/noticias/mercado/cooxupe-produtoras-de-cafe-se-destacam-a-frente-das-lavouras-82724n.aspx>. Acesso em: 25 mai. 2017.
- CHAVES K. M. S.; FOSCHIERA A. A. Práticas de educação do campo no Brasil: escola família agrícola, casa familiar rural e escola itinerante. **Revista Pegada**. n.2, dezembro/2014.
- COOPFAM. **Projeto Grupo MOBI**. Disponível em: <http://www.coopfam.agr.br/projetos-sociais/projeto-grupo-mobi/>. Acesso em: 30 mai. 2017.
- COOXUPÉ. **FEMAGRI**: um dos principais eventos de cafeicultura do país acontece entre 16 e 18 de março. Disponível em: https://www.cooxupe.com.br/noticia/445/femagri_um_dos_principais_eventos_de_cafeicultur_a_do_pais_acontece_entre_16_e_18_de_marco. Acesso em: 25 Mai. 2017.
- DOMINGOS, F. O.; PIRIN L.; PASSOS V. R. L. Cooperação agrícola e níveis de renda: um estudo de caso. X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. São Paulo, 2005.
- IWCA BRASIL. 2013. Disponível em: <http://www.iwcabrasil.com.br/iwca>. Acesso em: 25 mai. 2017.

LEITE, J. R. S. **Mulheres do bairro Mandassaia**: análise da evolução da mão de obra feminina na agricultura familiar. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia bacharelado). Universidade Federal de Alfenas, 2015.

LIBANIO, C. R.; CALDERARO, R. A. P.; VALE, A. R. Do pequeno ao grande: o contexto da cafeicultura no Sul de Minas e sua questão agrária. **Revista Discente Expressões Geográficas**. Florianópolis, n. 07, p. 155-173, jun./2011. Disponível em: http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed07/n07_rel03.pdf.

MARTINS, S. de, M. **O cativoiro da Terra**. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo: 1979.

MOREIRA, E. V. **As múltiplas fontes de rendas e a pluriatividade nos bairros Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Ponte Alta e Gramado no município de Presidente Prudente-SP**. Dissertação (mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2007.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. **Novas possibilidades para o café**: Encontro de Produtoras da Cooxupé apresenta cenário macroeconômico e práticas sustentáveis. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/cafe/103642-novas-possibilidades-para-o-cafe-encontro-de-produtoras-da-cooxupe-apresenta-cenario-macroeconomico-e-praticas-sustentaveis.html#.WSbQE2jytEY>. Acesso em: 25 Mai. 2017.

ROSSINI R. E. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, SP, v.23 (Supl.1), 1-58, 1993.

SCHNEIDER, S. Evolução e características da agricultura familiar no Brasil. **REVISTA ALASRU**. Análisis Latinoamericano del Medio Rural. NUEVA ÉPOCA, n. 9. Outubro de 2014. p. 21-82. Disponível em: <http://www.alasru.org/index.php/novedades/18-15-05-10-revista-alasru>.

SILVEIRA, M. A.; MARQUES, P. E. M. Desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais. In: CAZELLA A. A.; BONNAL P.; MALUF. R. S. (organizadores). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 229-250. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/383236/mod_resource/content/1/CAZELLA-BONNAL-MALUF-Agricultura-Familiar-Multifuncionalidade.pdf. Acesso em: 30 mai. 2017.

SIQUEIRA, H. M.; SOUZA, P. M.; PONCIANO, N. J. Café convencional versus café orgânico: perspectivas de sustentabilidade socioeconômica dos agricultores familiares do Espírito Santo. **Revista Ceres**, Viçosa, v. 58, n.2, p. 155-160, mar/abr, 2011.

SILVA, J. M. Geografia e Gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Ateliê Geográfico** – Revista Eletrônica. UFG, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/7333>.

SOUZA, J. V. P.; BIALOSKORSKI NETO, S. Formação das Cooperativas de Café no Brasil: Uma Análise Econômica e Institucional. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER, 2004, Cuiabá - MT. Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional. Cuiabá - MT: SOBER, 2004. v. 1.

WANDERLEY M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.**
Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 a ser ministrada no
CPDA/UFRRJ. Disponível em: wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf